



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	
CJU/MT	
NUP: 00444.000862	/2013 46
DATA 05 / 08 / 13	HORA 08 : 23

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO
Av. Gen. Ramiro de Noronha Monteiro, nº 294, Bairro Jardim Cuiabá, CEP 78.043-180, Cuiabá-MT
Telefone: 65 3644 1877 E-mail: cju.mt@agu.gov.br



PARECER Nº 480/2013/CJU/MT/CGU/AGU.

PROCESSO Nº 08320.001736/2013-17

INTERESSADO: Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional em Mato Grosso.

ASSUNTO: Registro de preços para aquisição de materiais permanentes.

I. Pregão eletrônico para registro de preços.

II. Aquisição de materiais permanentes. Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Orientações Normativas nºs 1/2010, 2/2010 e 4/2010 – SLTI/MPOG e Decretos nºs 3.931/2001 e 5.450/2005. Parecer GT nº 01/2013/Portaria n. 11, de 10 de agosto de 2012. Necessidade de apresentação de justificativas e alteração da minuta do edital e termo de referência. Aprovação com ressalvas.

1. DO RELATÓRIO:

1. Submete-se a exame desta Consultoria Jurídica da União no Estado do Mato Grosso, consoante o estabelecido no art. 11 da Lei Complementar nº. 73/93 e Ato Regimental nº 5/2007 da Advocacia Geral da União, processo oriundo do SRDPF, referente à realização de pregão para registro de preços objetivando aquisição de materiais de consumo.

2. Verifica-se que dos autos do processo constam, em especial, Memorando nº 1775/2013/NAD/SR/DPF/MT encaminhando orçamentos e termo de referência para a aquisição de materiais de consumo (fl. 01); termo de referência (fls. 02/13); mapa comparativo de preços (fls. 14/17); orçamentos decorrentes de pesquisa de mercado (fls. 18/54); ato de aprovação de termo de referência (fl. 55); termo de autorização de abertura de licitação (fl. 56); minuta de edital do pregão eletrônico (fls. 57/71); termo de referência (fls. 72/83); ata de registro de preços (fls. 84/86); portaria nº 238/2012-SR/DPF/MT referente à nomeação de pregoeiro e equipe de apoio (fl. 87); comprovante de publicação de intenção de registro de preços (fl. 88/96); despacho de encaminhamento da minuta do edital para análise (fl. 97); e ofício nº 3328/2013-SELOG/SR/DPF/MT solicitando análise e parecer jurídico à CJU/MT (fl. 98).

3. O valor total estimado do pregão é de R\$ 412.838,76 (quatrocentos e doze mil e oitocentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos).

2. DA FUNDAMENTAÇÃO:

4. No dizer do mestre Marçal Justen Filho, a licitação é um instrumento jurídico para a satisfação de valores fundamentais, buscando realizar dois fins relevantes, o

2



princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: 2005. P. 43). A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei nº 8666/93 espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente - melhor gasto, privilegiando-se, como regra, o menor preço.

5. No presente caso, o órgão administrativo elegeu licitar a aquisição de equipamentos para oficina por meio de registro de preços. O registro de preços é um contrato, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratação sucessiva de bens e serviços. Marçal Justen Filho explicita que as vantagens desse sistema, em especial, residem na supressão da multiplicidade de procedimentos de licitação contínuos versando sobre objetos semelhantes, na rapidez da contratação relativamente à gestão dos recursos financeiros e na duração maior do prazo de validade das propostas (op. cit. p. 145/146). Verifica-se a adequação da eleição desse sistema, vez que o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93 disciplina que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do sistema de registro de preços.

6. O artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, regulamentador do referido sistema, explicita que a *"licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, ou ... pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado"*.

7. Analisando o processo administrativo à luz do Decreto nº 7.892, de 2013, verifica-se que a modalidade licitatória foi devidamente eleita, posto que será utilizado o pregão eletrônico. Pela análise das minutas, observa-se que o órgão adotou a forma de adjudicação por grupos/lotas, muito embora haja uma contradição no item 1.5 do termo de referência ao informar que a adjudicação será por item. Em relação à forma de adjudicação, cumpre transcrever a Súmula nº 247 do TCU, a qual dispõe o seguinte:

Sum. 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (texto grifado e negrito)

8. Observa-se que a regra é a adjudicação por item, somente se admitindo a forma global, lote ou grupo quando haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Desse modo, quanto a esse aspecto, entende esta CJU que os serviços são em tese independentes podendo ser licitados separadamente; porém, trata-se de matéria de ordem técnica/administrativa, em virtude das exceções se incluírem no âmbito de análise do órgão licitante. Assim, sugere-se a aplicação correta da Súmula nº 247 do TCU, ou seja, a divisão por itens, alterando-se a cláusula 1.2 do edital para essa forma de adjudicação e excluindo-se o item 1.2 do termo de referência. De outra parte, caso o órgão mantenha a decisão da adjudicação por grupo/lote, por entender ser esta necessária, deverá o servidor competente juntar aos autos termo de justificativa aduzindo a presença motivada de alguma das exceções acima (prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala), responsabilizando-se pela pertinência, veracidade e adequação das razões e do critério de escolha concernente à adjudicação.

9. Quanto à exigência de amostra constante do edital e termo de referência, cumpre esclarecer que, via de regra, entende-se que a exigência de amostra não é compatível com a celeridade do pregão (TCU Acórdão 1598/2006 Plenário), ainda mais se considerar que a descrição correta e detalhada do material já garantirá a qualidade da contratação. Todavia, há jurisprudência do TCU admitindo a amostra no pregão, limitada ao licitante vencedor, e desde que haja critérios técnicos e regras específicas descritos no edital para a análise do material (Acórdãos nºs 1.512/2009, 2.932/2009 – Plenário;

25



1.703/2011 – 1ª Câmara; 1.183/2009 e 11.153/2011 – 2ª Câmara). Assim, diante da decisão técnica do órgão de decidir por tal exigência, deverá este justificar nos autos a necessidade da exigência de tal requisito (amostra), conforme recomendado pela Corte de Contas nos julgados acima transcritos.

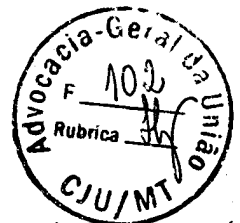
10. Quanto à instrução processual, verifica-se comprovante de publicação da intenção de registro de preços, a qual equivale ao “convite” de participação no registro de preços disciplinado pelo Decreto nº 7.892/2013; portaria de nomeação de pregoeiro e equipe de apoio; despacho de aprovação do termo de referência; despacho autorizando a realização de licitação; elaboração das minutas de edital, termo de referência e ata de registro de preços, bem como especificação nas minutas dos deveres do contratado e do contratante; pesquisa de preços e mapa comparativo.

11. Acerca da pesquisa de preços, cumpre fazer algumas considerações. Deverá esta prioritariamente ser realizada através da juntada aos autos de, no mínimo, três orçamentos de empresas da região, admitindo-se excepcionalmente, desde que justificado, cotações realizadas diretamente pelo órgão, caso em que deverá haver expressa certidão do servidor informando o CNPJ, nome da empresa, data e local da obtenção dos dados e identificação do funcionário que forneceu as cotações; ou, ainda, poderá ser feita através de meio eletrônico ou através de preços praticados por demais órgãos da Administração.

12. Registre-se que não compete a esta Consultoria proceder à conferência dos dados da pesquisa de preços, sendo de exclusiva atribuição do órgão consulente tal conferência técnica. Assim, deverá este verificar se de fato consta dos autos, no mínimo, três orçamentos para cada item a ser licitado e se tais preços estão compatíveis com os valores do mercado, procedendo-se ao tratamento de dados da pesquisa se necessário. Por último, deverá efetuar uma revisão do lançamento de tais dados no termo de referência, a fim de verificar se os valores constantes na pesquisa foram lançados corretamente no mapa comparativo, já que estes representarão o valor máximo de aquisição pela Administração. Após, recomenda-se ao órgão certificar nos autos a realização da conferência de tais providências, a qual é de sua exclusiva atribuição.

13. Mesmo sendo de exclusiva atribuição e responsabilidade do órgão consulente, no intuito de auxiliar o órgão e contribuir para a regularidade do certame, observa-se pela análise superficial do mapa comparativo de preços diversas cotações que estão muito superiores às demais do mercado, o que pode acarretar um sobrepreço na licitação. Cita-se como exemplo as cotações da empresa M.D. Nunes em relação aos itens 19; da empresa Realc em relação aos itens 31, 59 e 89; da empresa Helio Silva em relação ao item 34; da empresa “V L Galvão” em relação ao item 58. Tais dados foram citados como exemplo, cabendo ao setor técnico analisar se de fato eles estão irrazoavelmente superiores aos demais, e, concluindo pela impertinência destes, basta excluí-los do mapa, acrescentando novos orçamentos em relação aos itens que não tenham, no mínimo, ao final, três cotações. Ressalte-se que o tratamento de dados da pesquisa é muito importante, já que não basta a mera colheita de orçamentos, mas o atento e específico tratamento de dados com vistas a encontrar o preço real de mercado. Após toda a conferência dos dados acima, tanto em relação aos valores, quanto ao tratamento de dados, recomenda-se novo recálculo do valor médio por item e total, sendo necessário incluir referidos valores estimados ao lado de cada item de produto listado na tabela do termo de referência (fls. 73/80), a fim de o licitante possa ter conhecimento do valor máximo do lance, considerando que o edital expressamente informa que desclassificará lances superiores ao valor estimado.

14. Importante destacar a grande importância da elaboração do correto orçamento estimativo nas contratações públicas. Para cada bem, serviço ou obra pretendido deve ser realizada a estimativa prévia da contratação, segundo o art. 7º, §2º, inc. II, da Lei de Licitações e o art. 3º, inc. III, da Lei 10.520/2002. Recorde-se que as licitações públicas somente podem ser instauradas, qualquer que seja a modalidade, após estimativa prévia do valor do respectivo objeto (Lei nº 8.666/1993, artigos 7º, §2º, II, 14 e 40, §2º, II, e Lei nº



10.520/2002, art. 3º, III), estimativa essa que, segundo o Tribunal de Contas da União, será entranhada nos autos do processo de contratação.

15. Vale ressaltar que tanto a Lei nº 8666/93, no seu art. 14, §1º, quanto o Decreto nº 7.892/2013, no art. 5º, IV, determinam que no registro de preços seja realizada, também, uma ampla pesquisa de mercado. Esta orientação é seguida pela jurisprudência do TCU, veja-se:

Acórdão nº1720/2010-2ª Câmara

(...)

9.3. determinar ao Hospital Geral de Recife que:

9.3.1. nas contratações mediante Sistema de Registro de Preços, observe o disposto no art. 3º do Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, quanto à realização prévia de ampla pesquisa de preços, de modo a justificar os preços orçados pela Administração;

9.3.2. (...);

[VOTO]

Cuida-se, na presente etapa processual, da análise das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis em relação às seguintes irregularidades ensejadoras da audiência determinada por meio do Acórdão 3018/2009-TCU-2ª Câmara:

a) ausência de ampla pesquisa de mercado, de modo a justificar os preços orçados pela Administração, contrariando o art. 3º, do Decreto 3.931/2001;
(...)

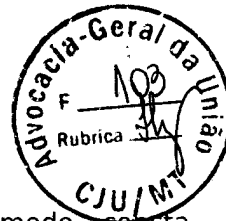
16. Quanto à descrição dos materiais no termo de referência, requisitos exigidos pelo Decreto nº 7.892, de 2013, cumpre fazer algumas observações. É importante registrar que esta CJU/MT não possui condições técnicas para verificar/analisar a regularidade/pertinência das especificações dos materiais que se pretende adquirir. Desse modo, é preciso que o órgão consulente tenha especial atenção quanto à especificação dos materiais, devendo excluir do termo de referência exigências eventualmente desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou impliquem em eventual escolha de marca ou de fornecedor, o que é expressamente vedado pela legislação. É certo que se admite a indicação de marcas como referência, ressalvando-se expressamente o aceite de itens similares, porém, não se pode efetuar indicação de um produto que tenha uma característica exclusiva de um fornecedor, sob pena de indiretamente gerar a indevida competição. Assim, a Administração deverá estar atenta a estas considerações, devendo excluir do termo de referência eventuais descrições que se encaixem nessa situação, sendo de sua exclusiva responsabilidade tal conferência. Recomenda-se especial atenção quanto à descrição do item 60 na parte que exige "única com seis dígitos". Tal expressão, s.m.j, configura indevida restrição de mercado, já que trata de uma característica única, sugerindo-se a exclusão do termo.

17. Os artigos 77, §5º e 15, §7º da Lei nº 8.666/93 dispõem acerca da impossibilidade de exigência de marcas sem justificativa técnica, devendo ser suprimidas eventuais exigências de marcas ou produtos exclusivos de determinados fabricantes, devendo, sempre que necessitar explicitar a marca para a melhor definição da qualidade do item, se proceder à ressalva de que se aceita similar de igual qualidade ou superior.

18. O aviso do edital deverá observar o disposto no §2º, do artigo 17, do Decreto nº 5.450/2005.

19. Tratando-se de registro de preços, o entendimento doutrinário dominante é no sentido da desnecessidade de declaração de prévia disponibilidade orçamentária, vez que referido sistema não obriga a Administração Pública contratar o objeto licitado (Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão. Belo Horizonte: Fórum, 2005). Ademais, o art. 7º, §2º, do Decreto nº 7.892/2013 expressamente enuncia que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, a qual será exigida

4



para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. De todo modo, consta informação do órgão acerca da disponibilidade orçamentária. Recomenda-se ao órgão que, antes da contratação de aquisição dos bens, junte aos autos a competente declaração de disponibilidade e adequação orçamentária.

20. Conforme entendimento do C. TCU, consignado em trecho do Acórdão nº 2.957/2011 – Plenário, abaixo transcrito, o limite de R\$ 80.000,00 para previsão de participação exclusiva de ME/EPP deve observar cada item e não o valor global, por se tratar cada item, em verdade, de várias licitações realizadas em um mesmo processo. Tal previsão também consta da proposta de Orientação Normativa a ser exarada pelo Advogado-Geral da União, nos termos do Memo Circular nº 043/2013 – CGU/AGU, bem como do recente Parecer GT nº 01/2013/Portaria n. 11, de 10 de agosto de 2012, de modo que, tendo em vista que cada item não supera R\$ 80.000,00, com exceção do 72 e 73, o órgão aplicou a exclusividade. Recomenda-se, porém, acrescentar a seguinte ressalva no item 3.6 do edital, conforme minuta modelo da CJU/SP:

3.6 Tratando-se de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para cada item da Ata. (O 18º GAC deverá incluir também a mesma cláusula na ata de registro de preços)

21. Ademais, cumpre ao órgão realizador do certame avaliar se está presente alguma das condições elencadas no art. 9º do Decreto nº 6.204/07, autorizadoras da não aplicação da exclusividade, em especial os incisos I, II e IV, quais sejam:

I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993;

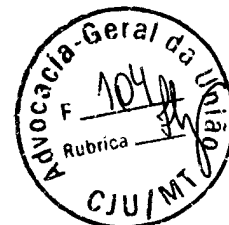
IV - a soma dos valores licitados nos termos do disposto nos arts. 6º a 8º ultrapassar vinte e cinco por cento do orçamento disponível para contratações em cada ano civil; e

V - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos no art. 1º, justificadamente.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II, considera-se não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

22. Assim, ao retornar o processo ao órgão de origem, deverá este atentar para todas as condições acima referidas, em especial os incisos I, II e IV, ou seja, verificar se há no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, se o tratamento diferenciado é vantajoso para a Administração ou representa algum prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, e se a soma dos valores licitados em exclusividade não ultrapassa vinte e cinco por cento do orçamento disponível para contratações no ano civil. Caso verifique a presença de alguma das condições previstas no art. 9º do Decreto nº 6.204/07, não deverá incluir a previsão de participação exclusiva de ME/EPP, mantendo a livre participação.

23. Conforme regramento contido no art. 62, §4º, da Lei nº 8.666/93, o órgão optou por não formalizar termo de contrato, considerando que os autos se tratam de compra com entrega imediata e integral dos bens, optando por utilizar Nota de Empenho, já que não consta termo de contrato anexado no processo. Contudo, faz-se necessária a observação pelo órgão, quando da emissão do documento em comentário, da determinação contida no § 2º, do referido dispositivo legal, que assim prevê:



...
§ 2º Em 'carta contrato', 'nota de empenho de despesa', 'autorização de compra', 'ordem de execução de serviço' ou outros instrumento hábeis aplica-se, no que couber o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.834/94 - DOU 09.06.1994)
..."

24. Assim, na nota de empenho deverão constar as cláusulas imprescindíveis a todo contrato, previstas no artigo 55, da Lei nº 8.666/93, tais como descrição do objeto adquirido, condição de pagamento e menção expressa de observância das regras do edital, termo de referência e ata de registro de preços.

25. Verifica-se, ainda, que foi exigida como habilitação qualificação técnica, mesmo se tratando de aquisição de bens. O C. TCU somente admite a obrigatoriedade de atestado de capacidade técnica quando haja justificativa nos autos acerca dos motivos determinantes e somente em relação à parte relevante do objeto, *in verbis*:

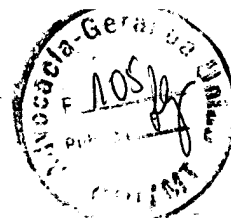
Licitação na modalidade pregão: 1 - A exigência de atestado de capacidade técnica deve ser justificável em razão do objeto licitado

Representação noticiou ao Tribunal possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 4/2011, conduzido pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.- Valec [...]. Dentre tais irregularidades, constou a exigência editalícia de atestado de capacidade técnica relativo a fornecimento anterior de quantidades iguais ou superiores a 110.000 (cento e dez mil toneladas), correspondente a 44,97% do total da aquisição prevista, o que teria restringido a competitividade do certame. Ouvidos em audiência, a Valec e a empresa vencedora do certame alegaram que tal exigência seria admissível, uma vez que se situaria um pouco abaixo dos 50% que vem sendo considerado aceitável pela jurisprudência do TCU. Porém, para o relator, "além de tais percentuais não poderem ser comparados de forma isolada, sem a análise de outros fatores, a exigência de atestado de fornecimento da referida quantidade - admitindo-se, inclusive, a soma de atestados - não encontra, a meu ver, qualquer respaldo técnico". Nesse quadro, citou outras oportunidades em que, em uma, a própria Valec estipulou a simples apresentação de atestado de fornecimento destes bens como requisito de qualificação, sem quantitativo mínimo, e, em outra, fixou a comprovação de execução anterior equivalente a apenas 20% do quantitativo pretendido. Em tais situações, para o relator, grandes somas também foram dispendidas pela contratante, o que tornaria pouco razoável o argumento de que, das outras vezes, os pregões eram de valores menores ou não representativos quando comparados com o pregão em análise. Assim, a exigência de qualificação impugnada seria inadmissível, e poderia, efetivamente, ter contribuído para a restrição indevida da competitividade do certame. Contudo, como, nesta etapa processual, a apreciação por parte do Tribunal ainda não ocorreria de forma conclusiva, votou o relator por que, primeiramente, os responsáveis fossem ouvidos em audiência, para que, ao fim, o Tribunal se pronunciasse quanto ao mérito da representação, o que foi acolhido pelo Plenário. Precedentes citados: Acórdãos nºs 2.088/2004, 784/2006, 2.656/2007, 2.297/2007, 2.215/2008, 2.625/2008, 717/2010 e 1.432/2010, todos do Plenário. Acórdão nº 933/2011-Plenário, TC-004.513/2011-8, rel. Min-Subst. André Luís Carvalho, 13.04.2011. (Informativo Tcu nº 58/2011)

Licitação de obra pública: 1 - A exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo

Em auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional - (Depen), na Caixa Econômica Federal - (CEF) e no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação de recursos federais em obras públicas de reforma e ampliação do estabelecimento penal masculino de Corumbá/MS, o Tribunal detectou diversas irregularidades, dentre elas, a necessidade de comprovação, por parte das licitantes, da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestados, para item de pouca relevância técnica. Para a unidade técnica responsável pelo feito, "a exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo". [...] Destacou a unidade técnica, ainda, que a discricionariedade dada à Administração para juízo de valor quanto ao que seria relevante, para fins de comprovação de capacidade técnica, não dispensaria razoabilidade na escolha dos itens de referência, pelo que a exigência, na espécie, deveria ser considerada indevida, o que foi acolhido pelo relator, o qual votou por que o Tribunal desse ciência da irregularidade ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, sem prejuízo de que fosse promovida a audiência do servidor responsável pelo fato, no que contou com a anuência do Plenário. Acórdão nº 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011. (Informativo TCU nº 72/2011)

26. Por todos os fundamentos acima expostos, faz-se necessário que o órgão justifique no termo de referência a necessidade de comprovação da qualificação técnica operacional (apresentação de atestado), bem como especifique no item 9.5.1 do edital qual parte relevante do objeto é necessária a apresentação do atestado, atendo-se ao



entendimento do c. TCU de que tal exigência deve se limitar estritamente às parcelas do objeto de maior relevância técnica e de valor mais significativo (Acórdão nº 2640/2007-Plenário), sendo de sua exclusiva responsabilidade a pertinência e veracidade de suas razões. Caso o gestor, após a explicação acima entenda pela desnecessidade de exigência de qualificação técnica, basta excluir os itens 9.5 e 9.5.1 do edital.

3. DA CONCLUSÃO:

27. Pelo exposto, considerando-se que a presente análise jurídica se refere à legalidade das minutas e à observância da regularidade de execução dos atos administrativos neste processo, excluídas as análises técnicas e meritórias que não competem a esta CJU, desde que adotadas as providências descritas e sublinhadas nos itens 7, 8, 9, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24 e 26 supra, opino pela aprovação das minutas do presente pregão, com ressalvas, e pela continuidade do processo, responsabilizando-se o órgão integralmente pelo cumprimento adequado de tais recomendações, caso em que, se não adotadas, entender-se-á que o procedimento ocorreu em desacordo com o recomendado por esta Consultoria.

28. Junte-se o presente parecer no respectivo processo e comunique-se ao interessado o teor do mesmo.

Cuiabá, 1º de Agosto de 2013.

Esther Dantas de Sá Paiva Gurjão
Advogada da União - SIAPE 1742050
Coordenadora-Geral Substituta da Consultoria Jurídica da União em Mato Grosso